Comunicado

Ordem dos Enfermeiros exige igualdade

As recentes alterações laborais propostas pelo Governo têm motivado um intenso debate social, descontentamento dos profissionais e um considerável sentimento de injustiça e revolta, que será visível na greve geral marcada para amanhã, dia 27 de junho de 2013.

Os ambientes de trabalho no setor da Saúde, quer de cariz público, quer de cariz privado, são crescentemente patológicos e afetam a saúde dos profissionais que estão sujeitos a cargas laborais pesadas, horários prolongados, relações difíceis nos locais de trabalho, redução de rendimentos, aumento de impostos e uma diversidade de riscos laborais.

Quando se criam ambientes favoráveis à prática beneficia-se a satisfação dos profissionais, melhoram-se os resultados nos utentes e promove-se a inovação (ICN, 2007). De modo inverso, «longos períodos de tensão profissional afetam as relações pessoais e aumentam o tempo de baixa por doença, conflito, insatisfação profissional, rotatividade e ineficiência» Baumann et al (2001), cit. ICN (2007)[1].

As políticas recentes do Governo têm contribuído significativamente para um clima de instabilidade e tensão nos serviços de saúde, nomeadamente através do aumento de impostos, redução salarial, maior carga horária, como o recente aumento do horário de trabalho para 40 horas semanais, menos recursos humanos e materiais, congelamento de progressões profissionais e um discurso de crescente separação entre o Estado empregador e os seus colaboradores. Estas políticas afetam os profissionais e a sua prestação, promovem desmotivação profissional e o absentismo laboral.

Acresce que estas políticas teimam em não identificar o que está errado nos nossos serviços públicos, optando por políticas promotoras de mais ineficiência.

O Governo teima em continuar a tratar igual o que é diferente e diferente o que é igual, virando as costas aos profissionais que consigo colaboram para assegurar, ao cidadão, cuidados de saúde de qualidade – nomeadamente os enfermeiros.

[1] CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (2007) – Ambientes favoráveis à prática: condições no trabalho = cuidados de qualidade. Genebra; versão portuguesa, tradução Ordem dos Enfermeiros, disponível em http://www.ordemenfermeiros.pt/relacoesinternacionais/Documents/Organizacoes_Internacionais/ICN/Kit_DIE_2007.pdf .

Ao longo dos últimos anos, os enfermeiros têm assistido a uma regulação irracional do sistema de ensino de Enfermagem que conduziu a um êxodo histórico de milhares de enfermeiros do País. **Os enfermeiros têm assistido ao degradar das suas condições de trabalho, às quais acrescem discriminações salariais na comparação com outros licenciados a trabalhar para entidades públicas, o que contraria a Convenção de Genebra.**

Há mais de 10 anos que os enfermeiros esperam ver refletido nas tabelas salariais o grau de licenciado como aconteceu com os professores, por exemplo.

Têm assistido à desvalorização do título de enfermeiro especialista pela inoperância do Estado em regular esta matéria. Hoje, os cidadãos portugueses estão privados de cuidados de Enfermagem especializados, não por falta de enfermeiros especialistas, mas porque a tutela não regula o seu exercício dentro dos limites do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O enfermeiro especialista tornou-se o único técnico com oito anos de formação, que não vê os seus conhecimentos recompensados como tal. Paradoxalmente, os serviços de saúde utilizam abusivamente estas competências para melhorar o seu funcionamento, sem que isto se traduza na remuneração compatível com a prática avançada que colocam ao serviço do cidadão.

A Ordem dos Enfermeiros (OE) vem afirmar publicamente que não é admissível que se mantenha a discriminação remuneratória para com o grupo profissional que assegura a sustentabilidade dos serviços de saúde com elevados riscos e responsabilidades no processo de cuidados do utente no SNS.

Hoje, quase não há nenhum doente internado que faça um exame complementar de diagnóstico sem avaliação prévia do enfermeiro, nenhum doente instável sai do serviço sem que o enfermeiro compense o seu estado, nenhum doente tem alta sem que o enfermeiro intervenha, nem é admitido sem o enfermeiro intervir. **O enfermeiro é o eixo motriz do funcionamento dos serviços de saúde, salvando vidas, ao mesmo tempo que promove e garante que o processo de cuidados decorre sem intercorrências. Urge que seja reconhecido como tal.**

Em tempos de crise importa reforçar os valores inerentes a uma sociedade desenvolvida, nomeadamente de respeito pela dignidade dos profissionais. Não é correto alterar unilateralmente os compromissos com os profissionais, designadamente com os enfermeiros. Menos correto ainda é fazê-lo repetidamente e sem limite. Este processo quebra a confiança entre as partes e denota uma política insensível à dignidade dos enfermeiros.

A OE no seguimento da sua atribuição de zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de enfermeiro não pode deixar de discordar e manifestar o seu desagrado com esta forma de gerir pessoas.

Urge que o Governo e as instituições públicas criem mecanismos cíclicos de definição do desempenho pretendido para cada serviço público individual; monitorização do desempenho; avaliação dos resultados; e introdução de alterações necessárias. A transparência destes processos de avaliação e a comparação nacional entre serviços semelhantes pode ser um fator importante de análise da eficiência dos nossos serviços públicos.

Urge que o Governo deixe de culpar as pessoas e comece a avaliar os processos e o desempenho dos serviços.

Urge uma política de prestação de contas de cada serviço e gestor público, independentemente do nível de gestão em que se encontra.

Urge pensar estrategicamente, a longo prazo e não ao alcance de uma legislatura!

A OE é um parceiro do cidadão na defesa da qualidade dos cuidados de saúde e está, como sempre, disponível para apoiar os processos de mudança para serviços mais eficientes.

Lisboa, 26 de junho de 2013

O Bastonário

Enf. Germano Couto